



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MANUEL PAULO BENGUI

**NOMES COMO FORMA SIMBÓLICA DE MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE
CULTURAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE NOMEAÇÃO
NO GRUPO ÉTNICO BAKONGO DE ANGOLA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

MANUEL PAULO BENGUI

**NOMES COMO FORMA SIMBÓLICA DE MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE
CULTURAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE NOMEAÇÃO
NO GRUPO ÉTNICO BAKONGO DE ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (CISO), apresentado à banca examinadora como requisito parcial, para obtenção do título de Licenciado em Ciências sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Tcham.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

B413n

Bengui, Manuel Paulo.

Nomes como forma simbólica de manutenção da identidade cultural : um estudo sobre o processo de nomeação no grupo étnico Bakongo de Angola / Manuel Paulo Bengui. - 2023. 40 f. : il., mapas, color.

Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Ismael Tcham.

1. Bakongo (Povo africano) - Usos e costumes. 2. Etnologia dos nomes - Angola.
3. Identidade social - Angola. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 967.3

MANUEL PAULO BENGUI

**NOMES COMO FORMA SIMBÓLICA DE MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE
CULTURAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE NOMEAÇÃO
NO GRUPO ÉTNICO BAKONGO DE ANGOLA**

Data de aprovação: 30/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ismael Tcham (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof. Dr. Paulo Gomes vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigação do processo de nomeação na cultura do grupo étnico Bakongo, o qual constitui o terceiro maior grupo sociolinguístico de Angola. De forma sucinta apresentamos alguns dos outros aspectos culturais ligados ao grupo, como o casamento tradicional, aspectos linguísticos e a formação dos reinos e outras características, mas com foco específico ao ato da atribuição do nome tradicional que, para o povo bakongo possui um papel extremamente útil e diferenciado das outras culturas não bakongo.

Palavras-chave: Bakongo (povo africano) - usos e costumes; etnologia dos nomes - Angola; identidade social - Angola.

ABSTRACT

The present work proposes to investigate the naming process in the culture of the Bakongo ethnic group, which constitutes the third largest sociolinguistic group in Angola. Briefly, we present some of the other cultural aspects linked to the group, such as traditional marriage, linguistic aspects and the formation of kingdoms and other characteristics, but with a specific focus on the act of attributing the traditional name, which, for the Bakongo people, plays an extremely important role. useful and differentiated from other non-bakongo cultures.

Keywords: Bakongo (African people) - uses and customs; ethnology of names - Angola; social identity - Angola.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO POVO <i>BAKONGO</i>	11
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRAFIA DE ANGOLA	15
4	CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E CULTURAL DO POVO BAKONGO	19
5	REINO DO CONGO	24
6	A LÍNGUA COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO CULTURAL DE UM POVO	27
7	A LÍNGUA KIKONGO NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL	29
8	O INTERESSE DOS EUROPEUS PELA LÍNGUA KIKONGO	31
9	PRATICAS TRADICIONAIS DE ATRIBUIÇÃO DOS NOMES	34
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

As sociedades africanas são socialmente povos de tradição oral, o que quer dizer que a transmissão dos conhecimentos nessas sociedades, se dá por meio da oralidade de geração em geração partindo dos mais velhos (*anciões, idosos, conselheiros*) para os mais novos, esse legado permite a expansão e difusão dos saberes do grupo¹. A importância do mais velho é relevante nas tradições africanas, especialmente na tradição *bakongo*, pois, neste grupo étnico, os mais velhos são considerados os detentores de conhecimentos que permitem o seguimento do saber e orientação das gerações anteriores. Por exemplo, o nome, não é apenas uma espécie de nomenclatura por si, implica a identidade e, é cultura, é tradição; por fim, é uma marca que se prolonga de geração em geração.

A língua sendo instrumento de comunicação revela traços culturais de um povo em especial o nome da pessoa ou localidade – os toponímios. De acordo com o propósito acima anunciado, o presente Trabalho de Conclusão de Curso seguiu as orientações metodológicas centrada na pesquisa bibliográfica com abordagem em larga medida qualitativa além da experiência própria a partir da vivência pessoal como membro do grupo étnico *bakongo*. Para Minayo (2001, p. 33) análise bibliográfica se “caracteriza como um “conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta do estado da arte, novos conhecimentos no domínio teórico, científico, entre outras”.

A pesquisa bibliográfica tem sido o percurso que muitos pesquisadores escolhem como forma de atingir os seus fins pretendidos na busca científica (Coelho, 2013). Já Cervo e Bervian (1983) acreditam que, o procedimento bibliográfico pode ajudar pesquisador a chegar à diversas formas abordagens ou entendimentos diferentes sobre um único assunto, além de projetar um histórico sobre o problema de estudo, a pesquisa bibliográfica pode também ajudar na identificação de contradições, pontos de concordância e respostas que foram encontradas anteriormente sobre as perguntas que foram formalizadas no presente.

Importa frisar que, o objetivo desta pesquisa é identificar as práticas tradicionais da atribuição do nome (as pessoas e localidades) e sua relação com a cultura do grupo, explicando assim como ocorre essa prática de nomear um indivíduo e lugares de maneira diferente se comparada a outras tradições culturais africanas, em particular do povo *Bakongo*. De acordo com Serrote (2015), ter um nome tradicional, é, e foi desde os primeiros convívios com europeus, algo que foi rejeitado aos africanos, sobretudo entre os angolanos, nomeadamente em

¹ BÁ, Amadú, Hampatê. Amkouel: *O menina fula*. São Paulo: Pallas. Athena: Casa da África, 2003.

instituições públicas como: cartórios, registos civis e casamento civil. Portanto, os nomes em línguas africanas foram e continuam sendo frequentemente alterados pelos nomes de caracteres, europeus, bíblicos, e de igual modo pela junção de nomes, os quais se desconhece a origem do significado deles.

Além de identificar e descrever as práticas tradicionais da atribuição do nome, o presente trabalho também centrar-se-á em numerar os nomes de origem *bakongo*, na sociedade angolana contemporânea analisando os seus significados socioculturais do grupo étnico em questão assim como identificar formas de manutenção das características culturais do grupo através da oralidade. Assim, levando em consideração essas e outras inquietações propusemos estudar o fenômeno, a fim de resgatar os valores culturais que, de alguma forma, vem desaparecendo com intensas interações com os colonizadores europeus nas quais apelam para contínuo processo de metamorfose cultural.

Todavia, Foi apartir de reflexões sobre a realidade da etnia *bakongo* que propussemos a pesquisar e discutir -, como forma de contribuir para a preservação da cultura bakongo e elevar a autoestima da comunidade que tende a desaparecer especialmente nos grandes centros urbanos e fora dela. Partindo da perspectiva que, existe uma tendência subliminar que coloca o *africano/angolano* a valorizar a cultura Ocidental e renegar a sua própria Identidade cultural, pois nascemos e crescemos numa sociedade em que as mentalidades ainda continuam sendo colonizadas eurocentricamente. Esse comportamento relega as realidades africanas, camufla a riqueza cultural angolana e eleva a cultura dos colonizadores num patamar “civilizatorio”.

Ressalta-se que, constatamos poucas produções sobre a temática, em diferentes áreas do conhecimento acadêmico, portanto, acreditamos ser pertinente pesquisar sobre este assunto para que haja divulgação e disseminação da cultura dos povos *bakongo* que infelizmente ainda parece pouco conhecida pelo mundo afora. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa assume uma relevância acadêmica significativa, uma vez pretende contribuir imensamente para o conhecimento e divulgação da cultura do referido grupo em Angola, descrevendo-a na sociedade angolana como um grupo social possuidora tradições e práticas que ajudaram na construção da identidade da Angola contemporânea.

Conforme dizemos, a língua e a cultura deste grupo são elementos entrelaçados e despertam interesse a muitos pesquisadores de várias instituições universitárias. Contudo, atualmente, temos presenciado alguns acontecimentos que nos levam a crer que a modernidade está, de certo modo, a apagar alguns aspectos culturais e tradicionais do povo *bakongo*. Enfatizamos que, há certas evidencias que nas últimas décadas, não se atribuem mais nomes

tradicionais *bakongo* e também existem evidências que, já não é comum falar a língua *kikongo* nas regiões urbanas do país, nomeadamente em Luanda, e entre os próprios grupo étnico *bakongo*.

Por fim, vale lembrar que o processo de aculturação em Angola, teve começo com a chegada dos colonizadores holandeses e portugueses que inseriram o conceito de *civilização*, trazendo a ideia de que o povo angolano precisava de uma civilização como se os africanos por natureza não tivessem. Acreditamos que, todos os grupos originários possuem uma civilização própria que caracteriza o seu grupo ou povo. Mas, para os colonizadores, em particular os portugueses - civilização correspondia a imitação dos modos de ser e de estar de europeus passaram a obrigar que todo angolano se aculturasse, neste contexto, as grandes cidades e as áreas de plantação eram os grandes centros de processos de aculturação mental e cultural (Bengui; Timbane, 2019, p. 196).

Para além disso, os colonos obrigaram o uso da língua portuguesa proibindo o uso das diversas línguas africanas faladas pela maioria dos angolanos. O nome é atribuído por meio de uma língua na qual compõem o grupo ou sociedade que o indivíduo está inserido. Assim sendo, se língua é a maior expressão de uma cultura, então com a obrigatoriedade do uso do português e a divisão do continente na Conferência de Berlin (1884/1885), ficaram perdidos diversos traços culturais que normalmente eram expressos pela língua dos grupos étnicos locais.

O antropólogo congolês Kabenguele Munanga (2009) destaca que, períodos depois da realização da Conferência de Berlin de 1885, que definiu a divisão da colonial de África, a infância inocente foi substituída pela imagem de sub-humanos para facilitar a operação de sujeição. Os povos tornaram-se sem cultura, sem história, sem identidade e mergulhados na bestialidade. Grandes Reinos e impérios foram substituídos pelas hordas e tribos primitivas em estado de guerras permanentes, umas contra as outras, afim de justificar e legitimar a missão pacificadora da colonização das sociedades, adiante qualificadas como ignorantes e anárquicas. Por outro lado, Munanga (2009) explica que, a exploração e a dominação brutal as quais foram submetidos os africanos exigiam que fossem considerados *selvagens no intuito* de justificar e legitimar a violência, a humilhação e a negação da humanidade dos africanos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO POVO *BAKONGO*

Os bakongo são o terceiro maior grupo étnico que forma a República de Angola, podem ser localizados maioritariamente na região norte do país, fora de Angola, existem também na República do Congo e na República Democrática do Congo. Chamado de etnia de fronteira, por sua localização geográfica de origem, e seu histórico de migrações. Exila-se no antigo Zaire, a atual República Democrática do Congo, fugindo do conflito anticolonial iniciado em 1961, retornando a Angola, a partir de sua independência, em 1975. Em Luanda, não são reconhecidos como angolanos, sendo associados aos Zairenses, chamados pejorativamente de estrangeiros. Sua identificação como estrangeiro, os coloca em condição de segregação, e até mesmo, de hostilidade por parte dos luandenses.

Conforme referimos anteriormente, trata-se de um dos grupos étnicos que formam a República da Angola, situada majoritariamente no norte do país e também fazem parte integral das populações que compõem os países vizinhos como República do Congo e da República Democrática do Congo. Acredita-se ser essencial apresentarmos os aspectos geográficos e um pouco da história do continente bem como do país e do grupo em estudos, no intuito de demonstrar sobre o contexto pela qual nossa pesquisa se centra e de alguma forma demonstrar que concepção de território ou os limites das fronteiras coloniais seguem não determinando as fronteiras étnicas culturais, as localizações geográficas dos povos, suas origens, e seus históricos seguem interlaçados quase em todo o continente africano. Assim, a vasta extensão territorial marcada pela diversidade cultural e linguística do continente africano nos leva a refletir sobre como devemos pensar, analisar e interpretar as diversas manifestações culturais originárias desses locais.

Dessa forma, imprescindível realçar que, foi no continente africano que surgiu, segundo a historiografia acadêmica o *Homo Sapiens*, a cerca de 160 mil anos assim como a primeira civilização -, a Egípcia a cinco (5) mil anos. E, segundo as mesmas fontes historiográficas a evolução da espécie humana também teve início na África Antiga. Para Anta Diop (2001) apud Thorthon (2004) talvez isto teria sido o ponto de partida das civilizações universais nas quais foram se adaptando a novos ambientes e especializando-se até surgirem povos, culturais e línguas diferenciadas. Mas somente no período do século XX a África deixou de ser um continente subpovoado. (Pereira; Visentine; Ribeiro, 2014). Inicialmente, a palavra *África, de acordo com* Munanga, (2009) “é um topônimo que vem da Antiguidade greco-romana”. O autor explica que

Os antigos gregos chamavam de África o território geográfico correspondente a atual Líbia. Para os romanos, a África era o território da atual Tunísia. Vencidos os fenícios, os romanos destruíram cartago e criaram ao redor dessa província uma nova que eles chamaram província dos Afri, nome dado aos indígenas da região. Estamos em 146 a.C. Na noite dos tempos, esse topônimo passou a designar todo o continente. (Munanga, 2009, p. 20)

Hoje em dia, apresentasse várias definições sobre a palavra “África”, alguns estudos mostram que a expressão era uma palavra árabe que designava povos daquela região, outros estudos mostram que, era o nome de um rei do Iêmen, o qual após perder a guerra contra os assírios, atravessou o mediterrâneo e se instalou na região de Cartago. A região tomou o nome dele e depois o continente. Para vários autores, por exemplo, Dondão (2007) explica que o termo “África” gira em torno de ideia de calor, fogo, ausência de frio. África, é um continente composto por 54 países independentes tal como indica o mapa 1, sendo cada um com suas próprias culturas e crenças, Argélia é o maior país do continente, enquanto que Seicheles, corresponde o menor. Atualmente o continente é constituído em cinco regiões, dentre as quais, África Ocidental, África Central, África Setentrional, África Oriental e África Meridional. Em termos linguísticos, estima-se que no continente se fala mais de duas mil línguas originárias, além das línguas oficiais como o inglês, espanhol, francês, árabe, e muitas outras mais (Dondão, 2007).

Carmo (2023) esclarece que, a extensões norte e nordeste da África, foram islamizados criando solidas interações com a Europa mediterrânea e com a Ásia Ocidental e meridional. Sendo que no resto do continente houve grande processo migratório, territorialmente amplo e cronologicamente longo, primeiramente de leste para oeste, e posteriormente, em sentido inverso e, finalmente, rumo ao sul. Carmo (2023) demonstra que, ao longo desse período transcorreram não apenas a formação de reinos e impérios africanos, como também superabundantes mestiçagens.

Infelizmente, para muitos o continente é desconhecido e é, portanto, interpretado de forma equivocada e *etnocêntrica*, sobretudo entendido como sendo um lugar singular, enquanto que o pluralismo e diversidade caracteriza o continente. Em *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*, Krumah (1967) afirma que, o colonialismo foi bastante forte no continente, e isso fez com que grande parte dos países africanos tivessem independência nos períodos correspondente entre 1950 a 1960, essa época, no entanto, foi marcada por um intenso movimento histórico, com golpes de estado, conflitos internos e externos, projetos políticos frustrados e por muitos outros fatores mais.

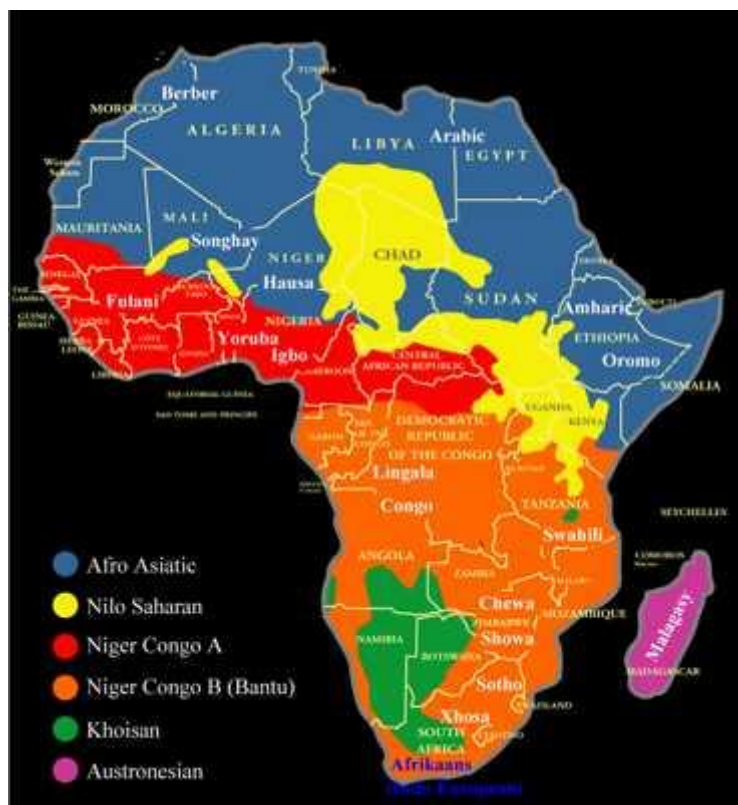
Mapa 1 - Continente africano e seus respectivos países



Fonte: Brasil Escola (2023).

Apresentar o mapa do continente, é fundamental pois, permite no entendimento da diversidade cultural, histórica, geopolítica, e linguística de cada país que constitui a região. Nesta perspectiva, nesse universo de vários lugares, o nosso estudo se focara em um dos países, conforme apresentado anteriormente. É de suma importância situar que, de modo geral, existe uma grande diversidade étnico-linguística e cultural no continente africano, a qual pode ser observado por diferentes prismas. Assim, Visentine (2014), mostra em seu trabalho que, atualmente vive no continente africano quase um bilhão de pessoas, com uma densidade de 30,6 habitantes por km². A população urbana é de, aproximadamente, 40% ao passo que a rural é de 60%. O continente está dividido em cerca de oitocentos grupos étnicos, conforme mostra o mapa de etnias das nações do continente. Cada qual com sua própria língua e cultura.

Mapa 2 - Mapa Etnolinguístico



Fonte: Geledes (2023).

Na região do norte do continente, inclusive no Saara, predominam os povos caucasoides, ou seja, não exclusivamente “brancos”, mas variavam em tonalidade de pele, principalmente berberes² e árabes, constituindo aproximadamente, a quarta parte da população do continente. Ao Sul do Saara predominavam os povos negroides, cerca de 70% da população africana. Sendo que, “em África Meridional ainda existem alguns elementos dos povos *Khoisan*, os habitantes originários. Os pigmeus concentram-se na bacia do Rio Congo e na *Tanzania*. Agrupados principalmente na África Meridional, vivem 5 milhões de branco de origem europeia” (Visentine, 2014, p. 20). Muitas foram as tentativas de classificar os grupos étnicos na África, seja pela cor da pele, pela identidade linguística ou pelas características culturais.

² Os berberes eram um povo nômade do deserto do Saara, que enfrentavam as tempestades de areia e a falta de água para atravessar com as suas caravanas o deserto para fazer comércio. Entre os produtos comercializados pode-se citar ouro, cobre, sal, artesanato temperado, vidro, plumas e pedras preciosas.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRAFIA DE ANGOLA

A República de Angola encontra-se atualmente localizada em uma minúscula extensão da África Central, bem como na maior parte da África Austral. É, contudo, um país plurilinguístico, multiétnico, com numerosos recursos naturais, mas que ainda sofre com as sequelas deixadas pelos colonizadores europeus e com os efeitos de mais de 40 décadas de instabilidade interna (Guerra fria). Segundo dados do banco mundial (2021), a população do país é de aproximadamente 34,503,774 de habitantes. A língua oficial do país é o português, embora tenha inúmeras línguas de caráter local que se perdem pelo facto de o governo local não criar políticas e estratégias de implementação no sistema educativos, afim de resgata-las (Pélessier; Wheeler, 2009).

O trabalho de Paulo Visentine desenvolvido com a Equipe Cebafrica (2012) denominado *Os países Africanos: Diversidade de um continente*. Mostra que o território da república de Angola localiza-se na costa ocidental da África Austral, abrangendo ainda um enclave ao norte, a província de Cabinda. Angola é um extenso país africano, com uma área de 1.246.700 km², um litoral de 1.650 km² de extensão e uma fronteira terrestre de 4.837 km². O país apresenta quatro grandes zonas de relevo: a planície litorânea que se estende ao longo da costa, entre o mar e curva de nível de 400 km, estreito ao sul (20 km em Benguela) e mais largo ao norte (200 km² na bacia do rio Kwanza).

Um estudo de Wheeler e Pélessier (2009), intitulado *história de Angola* nos apresenta também profunda compreensões sobre aspectos geográficos, culturais, hidrográficos e não só, a respeito de Angola. Na obra os autores ressaltam que, os principais rios de Angola correm na direção do Brasil e os seus maiores portos do século XIX, Luanda e Benguela, tem os seus equivalentes do outro lado do Atlântico Sul nas mesmas latitudes virtuais: Pernambuco (Recife) para Luanda, e Bahia (São Salvador) para Benguela. Existem mais semelhanças geográficas e, como veremos, muitas relações históricas e culturais entre o Brasil e Angola.

Wheeler e Pélessier (2009), acreditam que existe uma outra analogia entre as duas nações: desde o século XVI que os alimentos de subsistência de ambos os territórios são os mesmos. Por exemplo, a mandioca, o milho e a batata-doce são consumidos pela grande maioria da população de Angola e Brasil, tendo estas três culturas principais sido introduzidas no Brasil pelos portugueses desde inícios do século XVI. Invadindo a África Central a partir do Reino do Congo, onde foram introduzidas, essas culturas fizeram de Angola uma base botânica para o Brasil e proporcionaram alimento a milhões de angolanos, bem como aos seus vizinhos.

Para estes autores, compreender as regiões de Angola pode ajudar a elucidar os desenvolvimentos históricos do território. Apesar de administração europeia ter dividido o território numa série de distritos e subdistritos diversos, esta divisão geográfica transcende as demarcações administrativas tradicionais e incorpora algumas características geográficas importantes, tanto de Angola como da África Central. Para Wheeler e Pélessier (2009), Luanda, Benguela e Namibe são consideradas províncias nucleares, regiões que se estendem a partir da costa para o interior. Cada qual com sua cidade costeira, eram pontos de partida tradicionais para a penetração no sertão, ou interior durante a presença dos portugueses, estas áreas não só continuaram a ser os pontos terminais das rotas comerciais de longa distância da África Central, como permaneceram as regiões mais desenvolvidas de Angola, com elevada densidade populacional.

Nesse sentido, Wheeler e Pélessier (2009), afirmam ainda que, a região de Luanda foi a primeira, área de atividade europeia em Angola, depois dos primeiros contatos portugueses com os povos da área da fronteira do Congo a sul do rio Congo. A região do Congo é desde a muito palco de atividades dos povos nativos e testemunhou alguns dos primeiros contatos entre os africanos e europeus. Esta área faz parte da periferia da bacia do Congo e tem um relevo geralmente baixo, florestação densa e clima húmido.

Por outro lado, Pereira (2000) afirma que o período da colonização portuguesa em Angola consolidou a centralidade de Luanda como polo político e económico da colónia. A alta taxa de urbanização e o aumento da presença portuguesa com cada vez mais segregação entre africanos e metropolitanos faz de Luanda uma cidade com forte influência lusitana. Assim, o país apresenta, grande variação climática, apresentando desde o clima seco do deserto, ao tropical chuvoso de savana, temperado de altitude. Todavia o tropical é predominante na maior parte do território. Sendo que, os rios Kwanza, Zaire, Mbridge, Queve, Kunene e Kuando constituem as principais bacias hidrográficas. O Kwanza, rio inteiramente angolano, é o maior e mais navegável.

Para Pereira (2000) antigamente, o país era habitado por Khoisan e povos bantus, como bakongo, kicongos e outros. Na foz do rio Congo, em 1482 ocorreu o primeiro contato com o português, Diogo Cão. Com a fundação de Luanda, em 1575, os portugueses deram início ao aprisionamento e tráfico de escravos. Alguns reinos da região se opuseram a ocupação portuguesa até o século XVIII, que ficou restrita ao litoral. Conflitos e escravização reduziram consideravelmente a população angolana. Como resultado da Conferência de Berlim, em 1884, Portugal pôde ampliar sua presença, com a demarcação de sua esfera no interior. Cresceu então

o número de colonos no território angolano: em 1950 estimava-se que 10 mil colonos estavam em Angola, número que ascendeu a 80 mil em 1950, e em 1974 era de 350 mil.

Wheeler e Pélessier (2009) enfatizam que, apenas um em cada 100 colonos vivia em fazendas no interior, pois a economia colonial estava baseada na exploração de recursos minerais e agrícolas, como diamantes e café. Os limites geográficos são diferentes dos limites políticos. Todos limites dos países africanos são artificiais, foram inventadas na Conferência de Berlin (1884/1885). Essa divisão bruta separou povos e línguas, separou culturas e tradições que ficaram separadas e isoladas por meio de um arame farpado criado pelos colonizadores europeus.

Na perspectiva de Mbembe (2014), longe de ser um mero produto da colonização, as fronteiras atuais constituem assim a expressão das realidades comerciais, religiosas e militares desses períodos, as rivalidades, as relações de força e as alianças que prevaleciam entre as diferentes potencias imperiais e, posteriormente entre as últimas e os africanos, ao longo dos séculos que antecederam a colonização propriamente dita.

Wheeler e Pélessier (2009) demonstram que, o território angolano é demarcado ao Norte e a Nordeste pela República Democrática do Congo, a Leste pela Zâmbia, ao Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Sendo que o país é extenso e é, portanto, composto por dezoito (18) províncias, (160) cento e sessenta municípios, e como também (177) comunas. Sua capital é Luanda, tal como indica o mapa 3.



Fonte: RFI (2014).

Grande parte dos nomes das províncias angolanas sofreram fortes transformações ou mudanças após o período da relação com os europeus, com isso, presume-se, portanto, que o facto se deu pelas enormes dificuldades encaradas ao pronunciar os nomes tradicionais. A partir do nome de cada província angolana é possível se perceber o quão forte é a ligação com as culturas locais.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E CULTURAL DO POVO BAKONGO

De acordo com a literatura historiográfica, o povo bakongo se originou, da região dos grandes lagos e se estendeu até o Sul da África Austral, compreendendo assim aproximadamente mais de cinco países da região. Segundo Zau (2009) a Angola é classificada como terceiro país no qual reside o grupo étnico. Para Zau (2009) os bakongo como sendo um povo que tem tido uma preocupação no cumprimento da sua cultura ancestral, o que identifica como sendo um grupo genuinamente *bantu*.

Para Souza (2006), o termo *bantu* é a categoria utilizada para definir os grupos étno-linguísticos que habitavam a região centro-sul do continente africano. A expressão, portanto, é fruto da junção de *ntu* que quer dizer (ser humano), e *ba* que significa plural. Souza (2006) esclarece que, os bakongo que falam a língua kicongo, são o povo que se encontra mais a norte, no enclave de Cabinda e nas regiões do noroeste de Angola. Devido as migrações e a escassez de dados de recenseamento fidedignos, se tornou difícil saber seu número exato. As “migrações através das fronteiras para as duas republicas do Congo (Brazzaville; antigo Congo Frances; e Kinshasa, antigo congo Belga), constituem uma constante a ter em conta para qualquer estimativa da população bakongo de Angola” (Pélessier; Wheeler, 2009, p. 32).

Souza (2006) enfatiza que, os conflitos nunca foram vantajosos em qualquer parte do mundo. Onde há instabilidade em algum momento se perde a união cultural, há desestruturação familiar, há dispersão e perda de tradições, não foi, portanto, diferente com o grupo em estudo. Ao decorrer da guerra de independência de Angola, grande parte da população bakongo de Angola, imigraram para o então Zaire, essa mudança ou migração forçada contribuiu consideravelmente para perda dos membros do grupo bakongo no território angolano. Neste sentido, importa ressaltar que o grupo conta consideravelmente com cerca de 480.000 habitantes. O grupo subdivide-se em Basikongo, Bandongo, Pombo, Nsoso, Suku, Yaka, Zombo, Hungo, Bayombe e Woyo. Sendo, no entanto, agricultura sua principal atividade.

Para Pereira (2008) dos 13,5% que representavam os bakongo em 1960 apenas retornaram ao país 8,5%. Para além disso, grande parte dos regressados do ex-Zaire, atualmente República Democrática do Congo não voltaram para os seus locais de origem (Uíge, Zaire e Cabinda), quer dizer, preferiram mudar-se para capital Luanda, e para outras cidades financeiramente mais estáveis. Pereira (2008) demonstra que, este grupo privilegia a região norte e leste em detrimento do sul, tal como os seus vizinhos imediatamente a sul, os povos de língua

quimbundo, os bakongo mantiveram contatos relativamente próximos com os europeus desde finais do século XV. Existe dentro do grupo originário bakongo, uma composição grupal, ou seja, subgrupos.

Pélessier (2009), reforça que o maior grupo étnico entre os bacongo é o kishicongo, que inclui os muxicongo, muitos dos quais formaram o núcleo populacional do antigo Reino do Congo. Os sosso, pombo, sorongo e zombo são outras composições étnicas-culturais pertencentes ao grupo dos bakongo. Os Bakongo, cuja a língua é o kikongo ocupavam o vale do rio Congo em meados do século XIII e formaram o reino do Kongo, que até a chegada dos portugueses, no final do século XV, era forte e unificado. Sua capital era M'banza Kongo e ficava na atual província angolana do Zaire, tal como ilustra o Mapa 4, do Reino do Congo do século XVI.



Fonte: SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006. p. 39.

Fonte: Carmo (2021).

Através do mapa ilustrativo, podemos observar dois nomes diferentes, no qual temos o originário e o rebatizado, como se lê “Mbanza Congo/São Salvador”. “Mbanza”

quer dizer capital, nesse contexto, Mbanza + Congo = Mbanza Congo”, que significa em português, capital do Congo.

O grupo etnolinguístico bakongo apresenta as seguintes variantes:

VARIANTES NA ETNIA BAKONGO
Sossos
Zombo
Vili
Suco
Sorongo
Sundi
Uoio
Pombo
Paca
Lombe
Guenze
Congo
Laca
Cacongo
Conje
Chicongo
Cabinda

O conjunto dessas múltiplas variações, se compreende na língua kikongo como sendo a língua padrão e popular da etnia. Batsíkama (2015) ressalta em seu estudo intitulado, *Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola*, que, os Kôngo se repartem socialmente nas seguintes formas:

- a) Livres: os kôngo conhecem relativamente as suas histórias e fundamentalmente, as instituições que os identificam como tal, quer pela preservação de alguns rituais no casamento, no óbito, etc. É considerado livre aquele que se identifica com uma das seguintes linhagens: (i) Nsaku; (ii) Mpânzu; (iii) Nginga. Os livres podem exercer suas funções sociais sem constrangimento ou algum impedimento.

- b) Escravizados. Estes subdividem-se em:
 - (i) *Kôngo litigiosos*: que foi condenado num tribunal legalmente constituído era enviado para campos de reeducação, antes da colonização e até ao século XIX; as dívidas consideráveis, quando não pagas poderiam reduzir ao estatuto de escravizado um kôngo, até eventual pagamento. Mas era apenas autorizada a venda daqueles que pertenciam às famílias de Nsaku (muito raramente) e Mpânzu.
 - (ii) *Estrangeiros imigrantes*: Escravizáveis no sentido de serem aqueles que não pertencem a nenhuma das famílias kôngo (de Angola). Contudo quando chegam, são gentilmente recebidos e até lhes é emprestada a terra para habitar e são protegidos por algumas leis. Mas já mais as terras cedidas, momentaneamente, passavam a ser deles formalmente. Ainda existem instituições sociais que ressalvam essas questões.
 - (iii) *Capturados de guerra*: Entre duas coletividades que podiam fazer parte do mesmo território, os capturados durante os conflitos eram por lei escravizados, salvo aqueles que pertenciam às linhagens relacionadas com o Nzînga. No entanto poderiam ser vendidos, mas tão somente aos kôngo, e jamais aos estrangeiros. Ainda que já existissem “capturados na guerra”, seus nomes de cidadania (Batsíkama, 2010:184-199) identificam-nos bem.

Há uma enorme variedade de grupos étnico-linguísticos e culturais no continente africano. Por exemplo, só em Angola, existem mais de dezenas. Sendo que no país, estes grupos compreendem cerca de 90 a 100 etnias ou subgrupos; o número é enganador, pois muitos dos grupos partilham culturas e valores. Apesar da diversidade étnica e da variação de tipos físicos presente nos grupos angolanos de língua bantu, estes encontram-se essencialmente interligados, sobretudo em termos culturais (Batsikama, 2015). No quadro a seguir, mostraremos alguns dos principais grupos etnicolinguísticos de Angola, com suas respectivas línguas e estimativa populacional

GRUPOS ORIGINÁRIOS	POPULAÇÃO	LÍNGUAS AUTÓCTONES
Os Bacongo	400 Mil	Kikongo
Os Quimbundo	300 Mil	Quimbundo
Os Ovimbundo	1,7 Milhões	Umbundo
Os Lunda-quioco	500 Mil	Quioco
Os Nganguela	350 Mil	Nganguela
Os Nyaneka-humbe	150 Mil	Ganguela-Luchazi e a Mbunda
Os Herero	20 Mil	Herero
Os Ambo	60 Mil	Kwanhama

Todavia, neste estudo, não nos aprofundaremos no desenvolvimento dos demais grupos étnico-linguísticos, mas nos focaremos para o povo bakongo. Para Bengui e Timbane (2019) a gramática das línguas bantu, funciona com base nos prefixos. Por isso, o *Ba* no nome Bakongo é prefixo do plural e *Kongo* é o nome da etnia. Nesse contexto, eles mostram ainda que, Ba+Kongo=Bakongo que significa “os kongos” em português.

5 REINO DO CONGO

Quando se fala em escrever sobre reinos africanos, é imprescindível não se falar do reino do Congo, aquele que historicamente foi um dos mais potentes do continente. Historicamente, o continente africano, é lembrado pelo fato de ter tido importantes líderes que defendiam afincadamente seus povos e territórios. Portanto, grande parte deles eram denominados de reinos e impérios, conforme veremos a seguir sobre um destes poderosos Reinos. Os séculos XVI e XVII foram historicamente marcados pelas controvérsias no Kongo, pelo fato do reino ter aderido ao cristianismo. Essas discussões eram fundamentais pois tinham como pano de fundo a ocidentalização e a influência europeia na constituição do estado africano Adi (2022).

De acordo com pesquisas, o Kongo teve sua origem na chefia *Vungo*, ao norte do rio Zaire. Nessa época, organizaram-se conglomerados de chefias, e pequenos reinos, que se localizavam ao longo do grande rio. Dentre os líderes dessas organizações *Nimi Lukeni*, deixando o vungo, no *Mayombe* e cruzando o *Zaire*, indo a conquista da chefaria *Ambunda*, onde mais tarde fundaria *Mbanza Kongo*. (Caregnato, 2011, p. 5; Vansina, 2010, p. 649). Portanto, o termo Kôngo quer dizer união. Por isso, a esse respeito, alguns pesquisadores explicam que o “lugar de Mbanza Kôngo é tido como o da origem de todos os kôngo, não só pelo seu significado literal (capital do kôngo), mas também porque o local terá testemunhado a institucionalização de amizade entre diferentes grupos populacionais oriundos de vários horizontes: foi ali que se criou kôngo/união” (Cipriano, 2015, p. 33).

O Reino do Congo, foi um dos mais, sofisticados e conhecidos da África Central. Emergiu em aproximadamente 1300, originário da chefia vungo, (Da Silva, Vansina. 2010, p. 650) e foi fundado Por Nimi-a-Lukenie, popularmente conhecido como Mani Kongo (rei) Ntinu Wene.

Antes de existir interação entre africanos e europeus, já se vivia um longo processo de evolução no continente, em cada grupo ou sociedade. Para Da Silva (2012), desde essa época, já se tornava o maior estado pré-colonial na África, construído tanto por alianças, como por conquistas. Em seu ápice político (no século XV e XVI), abarcou diferentes etnias, como os povos Kongo, Mbundu e Besi-Ngome, que habitavam territórios hoje pertencentes a República Democrática do Congo (RDC) - Congo Brazzaville e Angola, no quais se localizavam ao Sul do rio Congo e a Oeste do rio Kasai, região privilegiada por dispor de solo fértil, recursos minerais e água abundantes, além de diversificada flora e fauna (Silva, 2012),

Este autor mostra ainda que, o reino ocupou uma extensão de mais de 200 mil km² e incluía, já no século XV, pelo menos três (3) milhões de pessoas dispersas em seis províncias principais: Mbata, Soyo, Mbata, Nsundi, Mpangu e Mbemba. Sua região Cultural era mais ampla que está e sua influência chegava a reinos vizinhos vassallos (Loango, Ngoyo, Kakongo, Ndongo e Matamba). A língua principal falada era o Kikongo, que apresentava, muitas variações e dialetos.

Por exemplo, Munanga (2009), em sua obra intitulada *Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias Línguas, Culturas e Civilizações*, apresenta vários aspectos socioculturais sobre diferentes grupos africanos perpassando assim, a ideia da diversidade cultural do continente africano, na obra o autor destaca que, o Reino do Congo remonta ao final do século XIV e ocupou um território que se estendia do rio Kwilo-Nyari (ao norte do Porto do Loango) até o Rio Loje (ao Norte de Angola), do atlântico ao rio Kwango cobrindo o baixo congo (na atual República Democrática do Congo), o enclave de Cabinda, uma parte de Angola e do Congo-Brazaville.

Segundo Batsikama e Balandier (2009), quando Diogo Cão – o suposto descobridor encostou seus barcos no Mpinda na embocadura do rio Mwânza (erroneamente chamado Zire/Zayre) o reino do kongo já era bem organizado do ponto de vista social, político, econômico e religioso. Para Munanga (2009) antes da chegada dos portugueses e o “descobrimento” de Diogo Cão, em 1482, o Reino do Congo -, já tinha umas civilizações mais prestigiosas da África Central, já tinha quase um século de existência. Para se compreender inicialmente, o quão impactante foi esse contato entre colonizadores europeus e africanos, Munanga (2009) mostra que o Rei Manicongo morava na capital do Mbanza Congo rebatizada pelos portugueses com o nome de São Salvador, hoje situado na atual Angola, perto da margem do rio congo. Considera-se ainda que, a estrutura política do Congo no século XVI seguia o exemplo das estruturas políticas dos reinos costeiros africanos, cuja a característica principal era o estado com poder centralizado. O grau de aperfeiçoamento do Reino do Congo, levou alguns autores ocidentais a pensar que foi criado pelos portugueses no início do século XVI, hipótese que não resiste as provas históricas.

Quando no período de 1482, Diogo Cão e seus homens descobriram o reino do Congo, estavam no trono do Manicongo, Nzinga Kuvo. Depois de estabelecer contatos com Dom Manuel I, rei de Portugal por volta de 1487, o Manicongo mandou seu embaixador aquele país, afim de solicitar técnicos, missionários, carpinteiros e pedreiros. Posteriormente, o embaixador viajou acompanhado de alguns jovens da corte do Manicongo, na qual a sua educação quis

confiar as escolas portuguesas. Em consequência disso, ao regressar de Lisboa em 1491, o embaixador trouxe, missionários, artesãos e exploradores que construíram a primeira Igreja na qual foram batizados o próprio Manicongo Nzinga Kuvo, sob o nome de João I, seus familiares e a maioria dos membros da Nobreza portuguesa na época (Batsikama; Balandier, 2009).

Em forma de destaque, entre os familiares do rei destacou-se seu filho Afonso I, que ocupou o trono em 1506, após a morte do pai. Após ser empossado, Afonso I, católico convencido, empreendeu a obra de converter a nação inteira, escreveu ao rei Manuel de Portugal e pediu mais técnicos e missionários. Consequentemente, essa situação levou o rei Manuel a codificar um programa de cristianização e aculturação do Congo, em um documento único de sua época chamado *regimento*, que seu embaixador levou ao rei do Congo no período de 1512. Partindo desse princípio, o autor entende que, esse documento começava por afirmar, que os reis católicos são irmãos e, consequentemente Manuel ajudaria Affonso na sua obra de implantação da verdadeira fé em todo o reino. Figurava ainda entre outras disposições do documento, a presença do representante do rei de Portugal ao rei do Congo, acumulando as funções de embaixador, conselheiro militar, juiz e conselheiro geral para a reforma da corte do Congo.

Munanga (2009), acredita que, o rei e a nobreza do Congo deviam receber os títulos europeus, usar os emblemas europeus e seguir as regras da etiqueta portuguesa, o Rei do Congo receberia também a autorização para expulsar do reino qualquer cidadão que não levasse uma vida exemplar. Por outro lado, acreditava-se que o plano de aculturação malogrou pelo fato de conter muitos equívocos, pois o auxílio português estava condicionado a exploração econômica do Congo, onde o rei de Portugal reconheceu o rei do Congo como igual.

6 A LÍNGUA COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO CULTURAL DE UM POVO

Há vários especialistas que acreditam que, “a língua de um povo é o que caracteriza de forma mais profunda a sua identidade cultural. Enfatizam que, por entedio da língua, é possível conhecer sua história, sua forma de falar e de sentir o mundo. Portanto, a língua também permite a transmissão de conhecimento, arte e cultura assim como é por intermédio da língua que culturas, hábitos, saberes e costumes são difundidos. Assim, a língua torna-se fundamental porque qualquer sociedade do mundo necessita dela, para manter contato com seus membros (Plenarinho, 2016). O estudo de Wheeler e Pélessier (2009), intitulado, *História de Angola*, no qual ressaltam variados fatos sobre o país, aponta que, a maior parte dos povos de Angola são falantes de língua bantu, integrando um grupo que ocupa cerca de um terço do continente africano.

Importa enfatizar que, em África fala-se mais de mil línguas diferentes, as quais podem ser divididas, em quatro famílias; “*as afro-asiáticas, as khoisan, as nígero-congolesas e as Nilo-saarianas*. A língua árabe, é mais falada do continente, mas para além dela, existem outras mais usuais como o *suaíli e hauçá*. Há também várias línguas que pertencem a famílias de línguas não africanas, como a malgaxe, que é uma língua austronésia (malaia), e o Afrikaaner (derivado do holandês, mas que se pode considerar uma língua “nativa”), pertencente à família das línguas indo-europeias, assim como a maioria das línguas crioulas da África”. (Timbane; Ribeiro, 2014, p. 20).

Por outro lado, grande parte dos países africanos adotou, pelo menos como uma de suas línguas oficiais, uma língua europeia (português, francês, e inglês nas respectivas ex-colônias), sendo que essas línguas são, geralmente, faladas pela população urbana desses países e, particularmente, por todas as pessoas com uma escolaridade significativa.

Conforme frisamos anteriormente, a língua é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p.17). A língua é um instrumento de comunicação, sendo composta por um sistema linguístico que agrupa elementos da gramática, do léxico, da semântica e da fonética e fonologia.

Saussure e Bakhtin (1929) discutem que a língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades comunicativas. Quem molda a língua é a sociedade através das convenções que ocorrem na sua maioria de forma arbitrária. Por isso, Saussure (1929) fala da arbitrariedade do signo, que é composto por um conceito e uma imagem acústica. A escolha da

sequência sonora “porta” não se liga ao objeto. A individualidade não pode alterar a língua porque a língua pertence ao social. Todas as transformações linguísticas dependem de uma convenção social (Saussure, 2006).

Kramersch (1998, p. 3), em sua obra intitulado *Language and Culture*, define a língua como sendo, “um sistema de sinais que é visto como detentor próprio de um valor cultural”. Ele sublinha ainda que “a língua é o principal meio pelo qual nós conduzimos nossas vidas sociais”. Antigos estudantes de Bally e Sechehaye compreenderam a língua como um objeto abstrato ideal, uma vez que a língua é inalcançável fisicamente, mas a fala sendo um elemento individual é mais concreta.

Inúmeros linguistas tratam a língua como um objeto autônomo, social, homogêneo, sistemático, constante, duradoura, conservadora e virtual. A língua é depositada virtualmente no cérebro de cada um dos membros pertencentes à comunidade linguística. Faraco (2006) defende que as línguas estão envolvidas num complexo fluxo espaciotemporal de mutações, de substituições, de aparecimentos, de desaparecimentos, de conservação e de inovação.

7 A LÍNGUA KIKONGO NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL

Partindo de uma visão geral, a língua constitui um patrimônio cultural de todos povos do mundo, não interessa o grau de escolaridade dos falantes nem das crenças e culturas. A língua kikongo é, portanto, tida como a língua oficial do antigo reino do Kongo. Para Mamona (2016), o kikongo é a primeira língua bantu que se comprometeu a escrever em caracteres latinos, e teve o primeiro dicionário escrito no ano de 1648 por Manuel Robredo. Este autor ressalta ainda que, o kikongo é uma língua ancestral e possui cerca de vinte variantes espalhadas em três países: República de Angola, República Democrática do Congo e República do Congo.

A língua kikongo é uma língua africana de origem bantu, que é falada pelo povo bakongo, particularmente nas províncias de Cabinda, Uíge e do Zaire, isto no Norte de Angola. Porém, o Kikongo similarmente é falado na região do baixo Congo, na República Democrática do Congo e nas regiões limítrofes da República do Congo, sendo que a língua em questão acarreta o estatuto de língua nacional no território Angolano. Sabemos da política e do planejamento linguístico feito pelos angolanos no período pós-colonial que privilegiou o português deixando de lado as diversas línguas africanas. O perigo de extinção das línguas angolanas já não é do sistema colonial. Os colonos saíram de Angola em 1975 e deixaram os destinos do país com os próprios angolanos. Se os angolanos não se preocupam em resgatar, preservar, ensinar, promover e descrever as suas línguas locais já não é culpa dos portugueses.

A Constituição da República de Angola de 2010, no seu artigo 19º, mostra que a língua oficial da República de Angola é o português. Como também, o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas da comunicação internacional. Portanto, a segunda passagem deste artigo 19º, é bem mais teórica do que prática. Porque nas escolas angolanas não se estuda em línguas angolanas. O atendimento nos hospitais, nos serviços públicos, na justiça e na administração pública em geral, é feito apenas em português língua do colonizador.

Os cidadãos que não sabem falar, ler e escrever em português fica automaticamente excluído da vida urbana e dos serviços públicos oferecido pelo próprio Estado Nacional. Essa situação de exclusão linguística que afeta o lado econômico e social se observa no Brasil, em Moçambique e em vários outros países. Os pesquisadores Timbane e Rezende (2016) mostraram que a língua portuguesa é usada como instrumento de opressão, de segregação e de humilhação social, político e econômico. Segundo os autores,

O português oprime quando um simples cidadão analfabeto é privado dos seus direitos devido ao fraco domínio da norma padrão. Por exemplo, para ser deputado é obrigatório que seja alfabetizado e que domine as quatro competências: expressão oral, comunicação oral, expressão escrita e comunicação escrita [...]. Passa a ser opressor porque provoca descontentamento dos cidadãos. Quem não sabe português não consegue fazer requerimento, não consegue preencher formulários, não consegue passar nos concursos públicos, não consegue fazer pedido, reclamações nem se defender na justiça em português. (TIMBANE; REZENDE, 2016, p.402).

De regresso para a língua kikongo, é necessário considerar que uma língua só se torna mais visível quando a política linguística atribui um estatuto privilegiado. A oficialidade das línguas africanas traria uma visibilidade e daria o prestígio que hoje não existe com relação aos falantes de línguas de origem africana. Portanto, a forma como é hoje escrito o kikongo tem sido uma preocupação para os intelectuais bakongo. Atualmente não há padronização ortográfica de kikongo, com uma variedade de uso na escrita, principalmente jornais, panfletos e em publicidades diversas. O fator linguístico (comentado e discutido na mídia angolana) tem sido muito pouco tratado em políticas públicas de promoção, ensino e pesquisa de línguas em Angola.

Segundo Bagno, (2003, p.110,112), “toda língua muda com o tempo”, portanto, a língua kikongo como uma outra qualquer língua viva, sofreu alterações ou mudanças durante o tempo, mudanças essas que podem ser compreendidas tanto na escrita quanto na oralidade. As mudanças da língua ocorrem pela dinâmica social e pelas influências da cultura e sempre marcante nas línguas”. Por outro lado, Faraco (2006) descreve que, os falantes percebem a existência de mudanças na língua -, está ocorrência verifica-se, por exemplo, quando os falantes do determinado idioma são expostos a textos muito antigos escritos na língua de origem. Como também, quando se convive mais de perto com outros falantes bem mais jovens ou bem mais velhos, ou, interagem com falantes de classes sociais que têm estado excluídas da experiência escolar e da cultura escrita.

8 O INTERESSE DOS EUROPEUS PELA LÍNGUA KIKONGO

Importa ressaltar que, a língua é o veículo principal, ou a porta de entrada para o conhecimento de um determinado povo, e conseqüentemente sua cultura, hábitos e costumes e, de acordo com Bagno (2019), como os impasses sociais no seio de um povo emerge de forma recorrente, ainda que sim, a liberdade de uso da língua de um povo deve ser algo a ser preservado uma vez que -, garante e assegura a liberdade em todas as dimensões da vida social falar certo não garante crescimento e prestígio social a ninguém, porém, apenas serve para atualização da colonialidade, nomeadamente nos contextos africanos. Historicamente um dos principais pensamentos dos mercantilistas, no campo linguístico, uma vez, envolvidos com o tráfico de escravizados, foi o domínio da língua kikongo, do estado do Kongo, que lhes pudesse permitir a comunicação e o domínio das diferentes formas do conhecimento não só da língua, mas também como da cultura e da história, para melhor evangelização, e, portanto, descomplicar na discussão dos preços dos produtos locais africanos na região, em relação as mercadorias europeias.

Segundo Nsaovinga (2019), esta preocupação incessante dos primeiros missionários nos Estados do Kongo, da aprendizagem e do domínio da língua local, sobretudo o kikongo, era a arma principal e o elemento determinante de uma ideologia política *glotofágica* e de evangelização que viria a caracterizar a presença de “missões civilizadoras”, no continente africano após a partilha do continente africano, resultante da conferência de Berlim de 1884-885.

Este autor, sublinha ainda que, a respeito dos estudos da linguística africana e da ideologia glotofágica em discussão no continente africano, e no que tange as diferentes missões de pesquisas feitas por missionários e outros exploradores e viajantes antes e depois da partilha do continente africano. Assim, Calvet (1972: p. 31) define a glotofagia nos seguintes termos: “As línguas dos outros (mas, por detrás das línguas visam-se as culturas, as comunidades) existem apenas enquanto provas da superioridade das nossas, vivem apenas negativamente, fosseis de um estágio volvido da nossa própria evolução”.

No entanto, Nsaovinga (2019), acredita que Calvet resumiu os acontecimentos que vieram ocorrer no continente de forma geral, e na região cultural Kongo após a presença efetiva dos europeus colonizadores do continente africano. Para Nsaovinga (2019), se numa primeira fase os estudos missionários desta língua, o kikongo, eram feitos de forma pacífica e pelas razões anteriormente destacados, sobre o aprender e comunicar-se com as populações locais,

na evangelização e na discussão dos preços dos produtos comercializáveis entre os africanos e europeus, na segunda fase após a partilha do continente africano, este quadro se alterou drasticamente no âmbito do relacionamento entre os africanos e europeus em todos os domínios (Nsaovinga, 2019).

O Kikongo e demais línguas africanas foram proibidas pelos europeus por intermédio de implementação de *decretos legislativos* ainda hoje, ou seja, no período pós-colonial a “civilização” dos povos colonizados se mede através do uso que se faz dos idiomas dos colonizadores. Os critérios adotados e os motivos são idênticos subjacentes nos primeiros trabalhos elaborados sobre estas línguas no continente, pelos primeiros missionários, cronistas e outros viajantes do século XV, e na segunda metade do século XIX. Para Kramersch (1998), a proibição do uso da língua é entendida com frequência pelos seus falantes como uma rejeição do seu grupo social e sua cultura, este autor acredita ainda que a língua simboliza e mantém a realidade cultural.

Nsaovinga (2019), acredita que as descrições linguísticas, históricas, culturais e comerciais feitas nos períodos antecedentes, determinaram o novo quadro de relacionamento com os africanos, até na segunda metade do século XIX. As línguas europeias foram impostas para o aprendizado dos africanos, a partir das Igrejas europeias, pela doutrinação e catequese e pouca mudou nos dias atuais. O kikongo e outras línguas de caracteres locais, por força das circunstâncias passaram a ser substituídas ou servir para o segundo plano, segundo a política ideológica e civilizadora dominante, e conseqüentemente passaram a ser consideradas de primitivas, dialetos e patoás. A língua kikongo do estado do Kongo, e dos estados situados ao Norte do rio Nzade apresenta raízes comuns bantu nas suas semelhanças. A este ponto, T.Obenga, historiador, filósofo e linguista africano (1985), justifica escrevendo:

Em 1776, o abate proyardt parece ter identificado os subgrupos linguísticos Kongo: O idioma do kakongo é o mesmo com o de Loango, N’goio lomba e outros estados circunvizinhos, não difere essencialmente com aquela do Kongo. Muitos artigos semelhantes, e um grande número de raízes comuns que parecem, no entanto indicarem que estas línguas tenham tido a mesma origem. (Nsaovinga, 2019 *apud* Obenga, 1985, p. 15).

Para Nsaovinga (2019), o Abade Proyardt, a partir das suas pesquisas históricas e linguísticas dos estados do Kakongo e Loango deu os primeiros ou pistas do estudo das línguas bantu do espaço cultural Kongo. Portanto, as variantes as quais foram encontradas nas suas variantes das regiões circunvizinhas deram a concluir que eram da mesma família linguística.

Nsaovinga (2019), apud T. Obenga (1985), na sua visão, sublinha as origens comuns do kikongo na seguinte perspectiva:

Proyart tinha visto ao certo. O Kongo de Mbanza Kongo (S. Salvador), o Yombe (“lomba”), o vili (Loango, Ngoyo, Cabinda) são com efeito, as diversas falas da língua bantu falada pelos Bakongo (Noroeste de Angola, Baixo-Zaire, Congo Meridional), e o Kikongo. (Obenga, 1985, p. 15).

Conforme registros, apesar de todos os constrangimentos sofridos no quadro de adaptação à nova realidade africana, os primeiros missionários europeus, italianos, portugueses, franceses, espanhóis, belgas, cronistas, exploradores e outros especialistas, desde a metade do século XIX e XX, foram elaborados, segundo Nsaovinga (2019) legados e trabalhos valiosos sobre o estado do Kongo, nos domínios da história, antropologia clássica, assim como a sociologia, a linguística e a geografia.

9 PRATICAS TRADICIONAIS DE ATRIBUIÇÃO DOS NOMES

A expansão colonial europeia do século XVI tem a inserção das legislações como um dos seus componentes centrais e além das relações de produção, acumulação e demais processos históricos como a evangelização engendrados nesse contexto que tornaram o capitalismo possível como “modo de produção” nas metrópoles e de alguma forma nas coloniais. O código civil angolana pauta em seu artigo 72º *sobre direito ao nome* que toda pessoa tem direito a usar o seu nome completo ou abreviado, e a opor-se a que outrem o use ilicitamente para sua identificação ou outros fins. Como também, o titular do nome, não pode, todavia, especialmente no exercício de uma atividade profissional, usá-lo de modo a prejudicar os interesses de quem tiver nome total ou parcialmente idêntico. Segundo código civil da República popular de Angola, conforme Bento (2014 apud Kukanda (2017) identifica e demonstra dois momentos fundamentais na aplicação dos nomes sociais:

O primeiro momento abrange a concentração e deliberação dos velhos da família. Para este autor, o recém-nascido recebe um nome provisório, “aplicado” pelos presentes ao nascer, de acordo com certos signos ou ventos observados naquele momento; segundo momento: o nome que a criança recebe quando se torna adulto. A esse pode ser acrescentado um outro ligado seja a iniciação, seja a pertença a uma sociedade secreta (Bento, 2017 apud Kukanda, 2014, p. 48).

Vale ressaltar que por fatores culturais, o nome do pai ou da mãe, não se dá a seus próprios filhos, se atribui o nome do avô, ao contrário de alguns países do ocidente como o caso de Portugal, onde o apelido se dá de modo continuo de pais para filhos. De acordo com Pereira (2008) o processo de nomear nos bakongo exige alguns ritos. Por exemplo em kikongo, o método de atribuição do nome chama-se *ulûka*, que pode significar dar nome de uma pessoa para outro ser, que em português se chama “xará”. Observa-se que, nesse contexto, quando um *Mukongo* questiona, *Zinadiaku nani?* Ou *Nkumbuaku nani?* Que significa (qual é o seu nome?), quer saber qual é o seu nome de nascimento ou que identifica seu grupo. Em outra vertente, pode se traduzir da seguinte forma, *quem você foi nomeado*. É a partir do nome que o indivíduo é reconhecido e conseqüentemente apresentado perante a sociedade no qual está inserido.

No caso específico dos Bakongos de Angola, o significado do nome na cultura deste povo, possui uma relevância enorme, pois nessa cultura Kongo não se atribui nome de qualquer forma, no entanto, nesta cultura, todo nome de carácter tradicional abarca um significado importante, realidades que poderemos ver detalhadamente, na sequência deste trabalho. Um indivíduo, segundo Pereira (2008) pode receber vários nomes, assumindo outros ao longo de

sua vida, porém, o primeiro nome, em kikongo, atribuído por ocasião do nascimento, é escolhido de acordo com as circunstâncias ligadas ao nascimento ou ao momento em que o indivíduo veio à vida.

Em contexto geral, na cultura Kongo, o nome é o princípio de um provérbio que faz referência a este acontecimento como por exemplo, *Lufankenda*, *Vavakala*. Por outro lado, o segundo nome muitas vezes homenageia alguém importante, um benfeitor, padrinho, padre, pastor ou é o nome de um avô, avó ou parente do pai. Essa atribuição do nome não pode ser feita por qualquer membro da família, mas sim tem de ser alguém qualificada socioculturalmente. Para que o nome vinque é necessário que haja uma cerimônia para informar aos antepassados. Na cultura dos povos bakongo, finado não desaparece. Ele continua na vida dos vivos influenciando-os no cotidiano. Os curandeiros têm poder de estabelecer a comunicação entre vivos e mortos.

A partir do séc. XXI, as famílias bakongo (singularmente os que vivem nas zonas urbanas e suburbanas das grandes cidades angolanas) abandonaram a tradição e atribuem nomes portugueses para que os filhos não sejam excluídos na sociedade urbana. Essa perda de identidade é perigosa se queremos uma sociedade com identidade própria e com características próprias. Alguns pais escolhem um nome público ou mais oficial, certas vezes, quando o indivíduo se torna adulto. Desta feita, o sujeito pode ainda adotar um terceiro nome, não raro em função de conversão religiosa, ou por circunstâncias de sua vida. Os pais não são os únicos a dar nome ao filho. No fim dos ritos de circuncisão (Fonseca, 1984, p.78) nas cerimônias de iniciação alguns anciões atribuem novo nome ao adolescente ou jovem.

Todavia, alguns destes nomes que indicam a ordem dos iniciados numa classe de idade, continuam a existir (como *Mbala*, *Kiala*, *Lukoki*), contudo, a nomeação feita ao final dos ritos de iniciação pode ter se deslocado para o batismo cristão, mantendo o costume da nomeação em momentos diferentes e marcantes da vida. Sendo assim, uma moça que recebe o nome da avó, além de ser chamada pela família de “avozinha”, pode ser chamada também pelas irmãs da avó de “irmã”, pelos filhos classificatórios desta avó de “mãe” ou “mãezinha” e assim sucessivamente.

A mesma forma de tratamento pode ser dispensada aos “xarás”, independentemente da posição que ocupem na hierarquia familiar. Por outro lado, fora do contexto Kongo, Cabral, (2007, p.21) descreva que “os nomes para além de classificarem socialmente as pessoas, os mesmos, agem ativamente sobre a situação em que os sujeitos se encontram e as formas de vida que levam, desta feita, os nomes congelam toda uma série de identificações e diferenciações

ocorridas no passado”. Ao puxarem as pessoas e narrativas, os nomes de pessoas atuam não só sobre as pessoas que os transportam, mais também sobre todos nós que com eles nos cruzamos.

A habilidade de nomear um indivíduo, segundo Cabral (2007) envolve vários tipos de nomes, para ele na tradição sociolinguística europeia, existem três tipos, que são: nome próprio, sobrenome e nome informal, ou alcunha, o que é no Brasil denominado comumente de “apelido”. Em contextos lusófonos, o nome próprio tem maior poder de convocação da pessoa do que o sobrenome. Sendo que o fato se deve tanto à maneira como os sobrenomes relacionam as pessoas com as outras, (inserindo-as em grupos familiares, sendo por isso nome de grupo) como à forma como os nomes próprios revelam e individualizam as que os usam. (Cabral, 2007). O nome é mais do que uma simples designação da pessoa; o nome caracteriza a pessoa, é a pessoa. Sobretudo quando se trata do nome conhecido apenas dos familiares mais próximos. Conhecer este nome é ter um certo poder sobre a pessoa. (Serrote, 2015, p. 13).

Portanto, a capacidade de nomear, segundo Cabral (2007) é um dos primeiros momentos de inserção da pessoa numa categoria social de gênero. A inserção do nome feminino ou masculino na menina ou no menino que nasce é a incorporação de uma marca de diferenciação social de gênero que investe de significado a pessoa nomeada, iniciando um longo e complexo processo de *feminização* ou *masculinização* que se prolonga no tempo. É fundamental destacar, na cultura Bakongo a atribuição do nome é feita uma semana após o nascimento da criança. É proibido atribuir nome antes do nascimento. Mesmo que os pais tenham a ideia do nome que pretendem dar não podem anunciar a ninguém até que a criança nasça. Há um tabu nos povos bantu que o anúncio antecipado do nome do feto atrai feiticeiros que podem fazer mal a gestante e de repente nascer um animal que não seja humano.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos o presente trabalho ressaltando de que os nomes nas tradições bakongo carregam segredos da própria cultura, pois os mesmos possuem uma forte ligação com os ancestrais. Os pesquisadores Bengui e Timbane (2020) ilustram que o “elemento nome” nas tradições bantu ou khoisan precisa de estudos mais aprofundados, porque o efeito da sua criação se distancia de tudo o que se vê nas diversas línguas europeias. O nome tradicional dura mais do que o próprio portador em si. Por exemplo, em qualquer região de Angola por onde a pessoa estiver, desde que possua um nome tradicional e conheça sua genealogia, é fácil encontrar seus familiares em relação aos que carregam apenas nomes europeus. Nesse contexto, o nome pode ajudar a reencontrar e a reunir uma família. (Serrote, 2015, p. 58).

Os nomes de países também carregam esse elemento da cultura. Por exemplo: Namíbia (vem de línguas koi-san e significa “lugar onde não há nada”: o nome Sudão vem do árabe bilad as-sudan que significa “terra dos negros”: o nome Moçambique provem do nome de um sheik árabe Mussá Bem Mbiki”: Madagascar provem da língua malgaxe “Madagasikara” que significa “fim da terra”. O nome Angola se formou a partir de duas palavras da língua quimbundo: da junção de A’na que significa filhos e ngola é o nome do reino ngola. O nome foi dado em homenagem ao Rei NgolaKilwangy Kya Samba. (Bengui; Timbane, 2019, p, 214). A noção do nome do país (como Angola, por exemplo) não tem significado (nem faz sentido) para as nossas tradições e origens dos povos, mas sim a etnia. A noção do nome do país é artificial e não possui uma identidade única. Para os africanos não interessava o país, mas sim a etnia. O país é a etnia, e a estrutura social e política se organizava em etnias e os lugares eram conhecidos pelos nomes de líderes desses grupos populacionais. Quem atribuiu os nomes dos países africanos foram os colonizadores europeus na conferência de Berlin, na partilha de África em 1884/1885.

Desta feita, em Angola existe uma enorme diversidade cultural entre os povos, em que a cada região ou localidade possui um conjunto de tradições, formas de agir, de pensar e de sentir típico de seu povo, que se foram acumulando ao longo dos tempos e transmitidos de geração em geração. E essas tradições tem a sua origem nos antepassados e estão ligadas a diversas atividades culturais de cada localidade. Tanto as localidades tanto as pessoas possuem nomes próprios. Como podemos verificar os nomes das localidades, nomes próprios, dos sítios históricos, dos reinos, das tribos, e dos clãs carregam uma origem e um significado. Portanto, é fundamental conhecer as causas que deram origem a população e ao nome de uma determinada

localidade, o mesmo assim, pode ocorrer com um bairro, aldeia, sítios históricos ou de pessoas. Assim, cada palavra na língua kikongo carrega traços socioculturais inexistentes em outras línguas.

Finalizamos assim, ressaltando que os nomes próprios têm vida porque eles nascem, crescem, envelhecem e podem morrer se não se cuidar deles. Em conformidade com Ndombele (2021), é por essa razão que nos preocupamos em estudar desenvolver esse trabalho visto que os nomes próprios que estão relacionados com a nossa vida social, a nossa cultura, as nossas origens, a nossa história, estão cada vez mais esquecidos e desvalorizados.

REFERÊNCIAS

- BENGUI, Manuel Paulo. TIMBANE, António Alexandre. **Os segredos socioculturais por trás dos nomes da etnia bakongo: a língua e a cultura em debate**. Fortaleza. Revista de ciências. 2019
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2019.
- CARMO, Gabriel Egidio do. **Blog Geografia**. Viçosa: UFV, 2014. Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2014/08/provincias-e-capitais-de-angola.html>. Acesso em: 03 de fevereiro. 2023
- CIPRIANO, Batsíkama, Patrício Mapuya. **Nação, Nacionalismo em Angola**. Porto, Universidade Fernando Pessoa. 2015.
- CARMO, Egidio Gabriel. **O Reino do Congo**. Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2021/06/mapa-o-reino-do-congo-seculo-xvi.html> Acesso em: 08 de Fevereiro de 2023.
- DONDÃO, Bento Miguél Vete. **Análise Descritiva dos Antropônimos da Língua Kikongo**. Lisboa. FCSH. 2017.
- ESCOLA, Brasil. **Mapa da África**. 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/africa-continente.htm>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.
- MAMONA, Patrício. **Escrita do Kikongo**, 2016 Disponível em: <https://www.kiakongo.com/escrita-do-kikongo/> acesso em: 03 fevereiro. 2023.
- MUNANGA, Kabenguele. **Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
- MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite: Ensaio Sobre A África Descolonizada**. Luanda, Edições Mulemba. 2014
- NSAOVINGA, Nazizau Afonso. **O estudo da língua kikongo pelos europeus**. 2019. Disponível em: <http://muanadamba.over-blog.com/2019/04/o-estudo-da-lingua-kikongo-pelos-europeus.html> acesso em 08 de abril. 2023.
- SERROTE, Major João. **Antroponímia na língua kimbundu**. Lisboa. 2015
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os Países Africanos: Diversidade de um Continente**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.
- VISENTINE, Paulo Fagundes. RIBEIRO, Luis Dario Teixeira. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História Da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro, 2014.

GELEDES, Portal. **Mapas de etnias/nações e países no continente africano**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapas-de-etniasnacoes-e-paises-continente-africano/> Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

PÉLISSIER, René. WHEELER, Douglas. **História de Angola**. Tintas da China. Luanda. 2009.

RFI, Fr. **Angola Elabora Mapa Geológico Nacional**. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/africa/20140513-angola-elabora-mapa-geologico-nacional> Acesso em 07 de Fevereiro de 2023.

PEREIRA, Luana. **Os bakongo de Angola: religião, política e parentesco num Bairro de Luanda**, São Paulo: Serviço de Comunicação Social, 2008.

SOUZA, Monica Lima. **História da África: Temas e questões sobre a sala de aula**. Cadernos PENESB, Rio de Janeiro. 2006.

KRAMSCH, Claire. **Language and Culture**. Oxford University Press. Great Clarendon Street. 1998.

THORTHON, John K. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1967.

PLENARINHO. Brasil, **um país de muitas línguas**. Portal EBC, 16 nov. 2016.

GUIMARAES, Antonio S. **A modernidade negra. Teoria e pesquisa**. São Carlos, SP, 2003.